

Encontro com Frei Bento Domingues

Porto, 28 de Fevereiro de 2020

Intervenção inicial de Jorge Sarabando

Coordenador do Núcleo do Porto da Associação Conquistas da Revolução

Começo por agradecer a Frei Bento Domingues ter acedido ao nosso convite e a participar neste Encontro, primeiro de um ciclo em que pretendemos trazer ao nosso convívio pessoas que se têm distinguido na luta por uma cidadania esclarecida e actuante.

Obrigado Frei Bento.

Dizia um certo lavrador de Trás-os-Montes, estava a Revolução de Abril no seu auge, estas sábias palavras: “é a memória que nos constrói”. Lembremos, então, neste tempo em que a barbárie tende a vencer a civilização, outro tempo, de bloqueio, de opressão, de violência impune, a que os portugueses pareciam condenados.

Há meio século, estava a ditadura em Portugal num dos seus períodos mais repressivos: a censura omnipresente, o império da polícia política, as prisões repletas de democratas, a guerra em África sem fim à vista, a miséria e a pobreza que pareciam uma fatalidade. Dos antros policiais, das prisões de Angra, do Aljube, de Caxias, do Tarrafal, de S.Nicolau, da Machava, do Forte de Peniche – só por este passaram mais de 2500 cidadãos, sabemos agora, chegavam ecos longínquos de torturas, mortes, gritos de dor, e se teciam pequenas redes de cumplicidade de famílias, de amigos, de camaradas, esta palavra tão nobre.

Muitos milhares de portugueses passavam todos os anos a fronteira de Espanha a salto, rumo a França e outros países europeus, para fugirem à guerra, à desventura, a um destino já traçado. (Como hoje, a esta hora, no mar Mediterrâneo, para fugirem à guerra e à fome, entregues a passadores sem escrúpulos, em pequenos barcos, tantos seres humanos enfrentam o negrume e a frialdade, e tantos perecem sem encontrar mão salvadora e porto de abrigo).

Foi, nesse tempo, há cinquenta anos, que nasceu a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Gesto de grande coragem, de quem não procura a ribalta, nem tal era possível, mas da quem mede cada passo com determinação visando a sua eficácia. E lá reconhecemos, entre os fundadores, nomes que não podemos esquecer: os de Levy Baptista, Mário Brochado Coelho, Cecília Areosa Feio, Sophia de Melo Breyner, Vasco da Costa Santos, Maria Eugénia Varela Gomes, Óscar Lopes, Ilse Losa, Henrique de Barros, Nuno Teotónio Pereira, Maria Keil, Paulo Quintela, Lopes Graça, Orlando de Carvalho, Rogério Paulo, Manuel João da Palma Carlos, Armando Castro, Álvaro Ferreira Alves, são centena e meia, é impossível citá-los a todos. Entre eles, vários religiosos, como o Pastor Dimas de Almeida, Frei Bernardo Domingues, os padres Abílio Tavares Cardoso, Jardim Gonçalves, Pereira Neto, Felicidade Alves, Frei Bento Domingues, que aqui está hoje presente.

Sabemos que o regime procurava na Igreja Católica um pilar de sustentação e um factor de credibilidade. Raras eram, no clero, as vozes insubmissas que se revelavam. Justo é lembrar o Padre Abel Varzim, o Padre Alves Correia, e neste momento e nesta cidade, o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que teve de se exilar. Justo é lembrar o nome do Padre José da Felicidade Alves, removido da Paróquia de Belém pelo Cardeal Patriarca, em Nota Oficiosa publicada na imprensa.

A participação de Frei Bento e de sacerdotes católicos na comissão teve um inapagável significado: naquele universo calafetado e oprimido, que era então a pátria portuguesa, foi uma janela que se abriu e nenhum poder mais pôde fechar.

Era uma urgência, era uma emergência.

Hoje sabemos que a alvorada libertadora de Abril chegaria cinco anos depois. Mas então era a noite, o silêncio, o medo, o risco, a violência, um tempo, escrevia Egito Gonçalves, o poeta das Notícias do Bloqueio, num daqueles versos que passavam de mão em mão, em que “aumenta a raiva e a esperança reproduz-se”.

O ano de 1969 foi axial na luta contra o fascismo. Primeiro porque se construíram pontes e se experimentaram caminhos de reencontro e de unidade entre as principais correntes da oposição democrática; segundo porque aumentou a consciência de que a ditadura servia interesses de classe; terceiro porque ficou claro, para quem tinha dúvidas, que o regime de Salazar e Caetano não tinha regeneração possível e era necessária uma ruptura. Como viria a acontecer com o 25 de Abril, o dia de todos os noites.

A selvática repressão pela polícia de choque de um pacífico desfile de participantes no 3º Congresso da Oposição Democrática, em Abril de 1973, que pretendiam homenagear Mário Sacramento junto da sua campa, no cemitério central de Aveiro, dá uma imagem clara do grau de intolerância e brutalidade de que os governantes eram capazes.

Nesta “memória que nos constrói” justo é lembrar Mário Sacramento, de quem celebramos este ano o centenário do nascimento. Cidadão íntegro, médico sabedor e atento aos pobres, estudioso marxista, escritor com vasta obra publicada, foi cinco vezes preso pela PIDE. Mário partiu cedo, com 48 anos, no ano de 69, poucas semanas antes do II Congresso Republicano, que ainda ajudou a organizar.

Por esse tempo iniciou a publicação duma série de artigos no semanário aveirense “Litoral”, dirigidos aos católicos, com a designação genérica “Ensaio sobre a fé”, a que outros mais se seguiram, e que viriam a ser reunidos, com os dos seus interlocutores, numa edição póstuma, da portuense Inova, com o título “Frátria – Diálogo com os católicos (ou talvez não)”. Num dos seus textos, datado de 30/11/68, escrevia Mário: “...se a linha de separação já não passa hoje...entre crentes e descrentes, mas sim entre exploradores e explorados, quem aprofundar o tema logo se apercebe de que a essência do cristianismo primitivo correspondeu, no seu tempo, às perspectivas que a ciência social deste século abriu. Cristo não cuidou de saber se os homens eram pios – mas se eram bons irmãos. Rumou, com eles, à Frátria”.

E, noutro texto da mesma época, afirma: “É nas justas da verdade, e não na quietude equívoca da terra-de-ninguém, que a presença humana se define. Parta quem queira, para isso, do teísmo ou do humanismo abstrato se outro não puder alcançar, mas sem esquecer que a História não é um espectáculo a que assistimos, mas um real (condicionado embora) que criamos”.

Passaram mais de cinco décadas sobre este asserto e como ele continua actual. Os problemas que a humanidade enfrenta são de tal dimensão que não mais podemos aceitar a indiferença, a passividade, perante a redução do ser humano a objecto manipulável, a simples consumidor.

A partilha do conhecimento, a reflexão, o diálogo, são uma base indispensável para encontrar alternativas, pois outro mundo é possível, e há que agir.

Há de novo uma urgência, uma emergência.

Vivemos num tempo em que a mercantilização tende a invadir todas as esferas da vida social e, mesmo, da vida humana, em que poucos domínios permanecem intocáveis, como talvez os

afectos, os sentimentos, se é que ainda permanecem; vivemos num tempo de mercadorização da pessoa humana.

Um tempo em que o poder económico tende a submeter o poder político democrático.

Um tempo de aviltamento do trabalho humano, desvalorizado, desregulado, de horários excessivos, de baixos salários, de habitação cara ou impossível – como se pode formar, ou manter, assim, uma família como lugar de afectos, espaço natural de desenvolvimento de uma criança?

Interessante seria compulsar os direitos económicos e sociais que a nossa Constituição consagra e determina, nascidos da Revolução de Abril, e a realidade do mundo laboral, uma selva onde parece reinar, cada vez mais, a lei do mais forte, onde querem transformar os trabalhadores em aparentes empresários de si próprios para menos lhes pagarem, claro.

Um tempo de permanentes ameaças à paz e de afronta e violação da vontade soberana dos povos. Tempo de guerras de rapina, por fontes de matérias primas, domínio de pontos estratégicos, no interesse dos fabricantes de armamentos, onde não há sequer uma aparência de ética, de respeito pela vida humana, onde se geram ondas migratórias, mais sofrimento e morte, sem falar das consequências ambientais ou na pilhagem de bens culturais. Lembremos o Iraque: como foi possível uma guerra contra um País soberano com base numa mentira, assumida depois como mentira, da existência de armas de destruição massiva e conexões com um certo grupo terrorista? Nesta crua e sórdida realidade nem faltam grupos empresariais, ligados a membros dos governos agressores, que produzem as bombas que destroem cidades e os aviões que as lançam, que depois reconstróem as mesmas cidades, e fornecem corpos de segurança para formar milícias locais e adestrar forças militares. Novas guerras se preparam. Podem usar-se engenhos de comando à distância mas as vítimas são de carne e osso e, na maioria dos casos, pessoas inocentes.

Há 30 anos caiu um muro na Europa e muitos pensaram, e até alguns teorizaram sobre isso, que se tinha chegado ao fim da História. Mas, desde então, outros muros foram erguidos, como o que divide o Saharà Ocidental, negando ao povo saharai o acesso às riquezas do seu País que a potência ocupante quer só para si; ou o muro que separa o México, e toda a América Latina, dos Estados Unidos, alteado e reforçado por Trump; o muro levantado por Israel, bem alto e longo de 760 quilómetros a dividir a Palestina, agora acompanhado de um dito plano de paz, que rasga todas as resoluções da ONU e seria uma inaceitável humilhação para o povo palestino. Outros muros existem e mais se planeiam.

Mas os muros mais altos são invisíveis e dividem a sociedade em que vivemos, são os que separam uma minoria que vive na opulência, numa riqueza muitas vezes obtida à custa da especulação financeira, do tráfico de armas, drogas e pessoas, da maioria onde cresce a pobreza, a exclusão social, sujeita a novos tipos de escravatura. Dizem os dados oficiais, não de um País distante mas de Portugal, que 17,2% da população vive abaixo do limiar da pobreza, em parte pessoas que vivem do seu salário. Outras entidades idóneas indicam que aumenta a fome no mundo. Fome e todo o tipo de privações materiais aumentam numa época de aumento da produção, de crescimento económico, de assombrosos progressos científicos e técnicos.

Um tempo de todos os perigos, de crise sistémica, muito parecido com os anos 20 e 30, de grande descontentamento da população, que foi então induzida a adoptar o discurso do ódio e a descrer da democracia, dando corpo a derivas autoritárias, com a instalação de regimes fascistas, que impuseram guerras em larga escala e um holocausto, sem precedentes na história da humanidade.

Um tempo em que se agrava dramaticamente a crise climática, mas onde avulta, na retórica dominante, a culpabilização individual, assim se ocultando as responsabilidades de um modelo económico assente na acumulação do lucro.

Um tempo de expansão dos meios informativos e de redes sociais, onde já não é tanto a pessoa que procura a informação mas a informação que procura a pessoa. Criou-se um imenso poder concentrado em cada vez menos mãos, como acontece também em Portugal, onde se intensifica a manipulação informativa. Assim se modelam as consciências, assim se perfilam as vontades, assim se fabrica o consentimento. E podíamos acrescentar: assim se bolsonarizam os processos eleitorais.

Há um conflito latente entre o sistema dominado pelo mercado e a democracia como garante dos direitos políticos e sociais. O sociólogo alemão Wolfgang Streeck, citado pelo Professor Avelãs Nunes, tem estudado o processo em curso que define como de *esvaziamento da democracia*, caracterizado como uma *imunização do mercado a correções democráticas*, visando a *consagração de um primado duradouro do mercado sobre a política*. Escreve Streeck: “ Já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo precisa de um Estado forte que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado. O neo-liberalismo não é compatível com o estado democrático, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado”.

São cada vez mais as vozes que se levantam alertando para os perigos que crescem contra a liberdade, a paz, a democracia, para as regressões em curso no plano da justiça social e dos direitos humanos essenciais, e para a necessidade imperiosa de encontrar rumos alternativos.

A doutrina social da Igreja não é estranha a algumas das questões aqui apenas enunciadas. Cito a seguir alguns passos de Encíclicas papais, que são simples afloramentos:

Na *Rerum Novarum*

“Não é justo nem humano exigir do homem um trabalho tal que, devido à exagerada fadiga, lhe faça brutalizar a mente e debilitar o corpo”

Na *Centesimus Annus*

“Infelizmente ainda hoje é frequente encontrar casos de contratos entre patrões e operários, nos quais se ignora a mais elementar justiça, em matéria de trabalho de menores e de mulheres, do horário de trabalho, do estado higiénico dos locais de trabalho e da legítima retribuição”.

Sobre os mecanismos de mercado, de que reconhece vantagens, mas que: “...comportam o risco de uma “idolatria” do mercado, que ignora a existência de bens que, pela sua natureza, não são nem podem ser simples mercadoria”.

Na *Laborem exercens*

“ O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, consequentemente, o direito universal ao seu uso é uma “regra de ouro” do comportamento social e o “primeiro princípio de toda a ordem ético-social”.

Intercalo aqui, pela flagrante contradição, a muito citada frase de um teórico do neoliberalismo, Milton Friedman : “A responsabilidade social das empresas é aumentar os seus lucros”.

Na *Laudato Si*

“Não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do ambiente e a da sociedade afectam de modo especial os mais frágeis do Planeta”.

Referindo-se ao Documento da Aparecida: “...pede que, “nas intervenções sobre os recursos naturais, não predominem os interesses de grupos económicos que arrasam irracionalmente as fontes da vida”.

Sobre a necessidade da política dar mais atenção para prevenir e resolver as causas que podem dar origem a novos conflitos bélicos, diz-se: “...o poder ligado com a finança é o que maior resistência põe a tal esforço,...”.

“...ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objectivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho”.

“...a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder”.

“ A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só pode gerar novas crises, depois duma longa, custosa e aparente cura.”

Frei Bento Domingues, prezados amigos e convidados:

Estas simples reflexões sobre o tempo em que vivemos apenas pretendem evidenciar como é essencial o diálogo, para quem luta por um futuro mais justo, livre e fraterno, para todos os seres humanos, para todos os povos. E é possível. É possível.

Obrigado Frei Bento Domingues. Obrigado pela sua voz livre, interpeladora, perscrutante, fraterna, voz tão humana. Obrigado pela sua palavra, pela sua lucidez, pelo seu testemunho, pelo seu exemplo de cidadania. Obrigado por ter sabido despertar as consciências. E também por nos ajudar a compreender melhor o cristianismo e o sentido religioso da vida.

Obrigado por nos ajudar a compreender melhor o mundo e a nos aproximarmos, crentes e não crentes, do ser humano concreto, daquele mais frágil, do mais indefeso, do mais desamparado, do mais oprimido, do mais explorado, sem atentar na origem e na cor da pele, e assim nos movermos, e nos unirmos, para que tenha direito a uma vida digna.

Termino lembrando versos de Sophia:

“...Tinha chegado o tempo

Em que era preciso que ninguém recuasse

...

E a busca da justiça continua”

Jorge Sarabando